

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NAVEGANTES LOGÍSTICA PORTUÁRIA S.A.
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das menos trações financeiras	10
3 Principais políticas contábeis	11
4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	15
5 Pronunciamento novos ou revisados e aplicados pela primeira vez	16
6 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes	17
7 Caixa e equivalentes de caixa	20
8 Outras contas a receber	20
9 Imobilizado.....	20
10 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento	22
11 Fornecedores	23
12 Provisão para contingências	23
13 Patrimônio líquido	23
14 Custos e despesas por natureza	24
15 Outras receitas	24
16 Resultado financeiro líquido	25
17 Tributos sobre o lucro.....	26
18 Transações com partes relacionadas	27
19 Cobertura de seguros (Não auditada)	27

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da
NAVEGANTES LOGÍSTICA PORTUÁRIA S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NAVEGANTES LOGÍSTICA PORTUÁRIA S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa n° 1 as Demonstrações Financeiras, no qual a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e tem concentrado seus esforços na organização e desenvolvimento de suas futuras operações.. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2025.

Assinado eletronicamente por:
Walter Neumayer
Data: 04/09/2025 15:23:56 -03:00



Walter Neumayer
Contador CRC-1RJ091659/O-0

MCS Markup Auditores Independentes S/S LTDA.
CRC RJ 006917/O-3

Navegantes Logística Portuária S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.759	5.181	Fornecedores	11	276	238
Adiantamentos a fornecedores		23	32	Obrigações trabalhistas		14	12
Impostos a compensar		219	70	Obrigações tributárias		32	19
Outras contas a receber	8	833	91	Passivo de arrendamento	10	33.612	32.772
Tributos a recuperar"		69	69	Partes relacionadas	18	89.346	42.373
Total do ativo circulante		5.903	5.443	Total do passivo circulante		123.280	75.414
				Passivo de arrendamento	10	25.601	51.959
Imobilizado	9	5.681	3.598	Total do passivo não circulante		25.601	51.959
Ativo de direito de uso	10	160.374	165.511	Patrimônio líquido	13		
Intangível		78	52	Capital social		113.995	113.995
Total do ativo não circulante		166.133	169.161	Prejuízos acumulados		(90.840)	(66.764)
				Total do patrimônio líquido		23.155	47.231
Total do ativo		172.036	174.604	Total do passivo e patrimônio líquido		172.036	174.604

Navegantes Logística Portuária S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas administrativas e comerciais	14	(11.086)	(12.577)
Outras receitas	15	<u>1.442</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>(9.644)</u>	<u>(12.577)</u>
Receitas financeiras	16	496	670
Despesas financeiras	16	<u>(14.931)</u>	<u>(11.191)</u>
Resultado financeiro		<u>(14.435)</u>	<u>(10.521)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(24.079)</u>	<u>(23.098)</u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(24.076)	(23.098)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(24.076)</u></u>	<u><u>(23.098)</u></u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>113.995</u>	<u>(43.666)</u>	<u>70.329</u>
Prejuízo do exercício	-	<u>(23.098)</u>	<u>(23.098)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>113.995</u>	<u>(66.764)</u>	<u>47.231</u>
Prejuízo do exercício	-	<u>(24.076)</u>	<u>(24.076)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>113.995</u>	<u>(90.840)</u>	<u>23.155</u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(24.079)</u>	<u>(23.098)</u>
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	7.757	7.606
Juros de arrendamentos	6.284	7.738
Baixa de imobilizado e intangível	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>(10.035)</u>	<u>(7.754)</u>
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Adiantamentos a fornecedores	10	(29)
Tributos a recuperar	(147)	(70)
Outras contas a receber	<u>(742)</u>	<u>28</u>
	<u>(879)</u>	<u>(71)</u>
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	38	(83)
Obrigações trabalhistas	3	8
Obrigações tributárias	<u>12</u>	<u>(1)</u>
	<u>53</u>	<u>(76)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>(10.861)</u>	<u>(7.901)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado e intangível	(2.141)	(817)
Baixa de imobilizado e intangível	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>(2.141)</u>	<u>(817)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação partes relacionadas	46.973	42.373
Pagamento Arrendamento	<u>(34.393)</u>	<u>(32.710)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>12.580</u>	<u>9.663</u>
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(422)</u>	<u>945</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.181	4.236
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>4.759</u>	<u>5.181</u>
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(422)</u>	<u>945</u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Navegantes Logística Portuária S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 19 de setembro de 2019, tem por único e exclusivo objeto social a exploração, sob o regime de arrendamento, da área e infraestrutura pública localizada dentro do Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis. A Companhia está estabelecida na Estrada Capuaba, nº 2, Bairro Ilha das Flores, Vila Velha, Espírito Santo, CEP: 29.115-486.

Contrato de arrendamento

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (“ANTAQ”), realizou licitação, na modalidade Leilão Presencial, conforme procedimento descrito no Edital nº 10/2018-ANTAQ e no Manual de Procedimentos, objetivando a seleção de proposta mais vantajosa, adotando-se o critério de maior valor de Outorga, para a celebração de Contrato de Arrendamento de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do Porto Organizado.

A Companhia ofertou R\$ 165 milhões de valor de outorga e venceu o leilão para arrendamento da área e infraestrutura pública para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente combustíveis, localizada dentro do Porto Organizado de Vitória, no Espírito Santo, denominada VIX30.

Em 16 de dezembro de 2019, foi celebrado o Contrato de Arrendamento nº 04/2019 entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Infraestrutura (Poder concedente), com a interveniência da ANTAQ e da Companhia Docas do Estado da Paraíba com a Companhia. O contrato tem por objetivo arrendamento de área com 74.156 m², localizada dentro do Porto Organizado de Vitória, no Espírito Santo, a ser utilizada para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente combustíveis, com a estimativa de movimentação mínima determinada no item 7.1.2.1 do contrato e tem o prazo de 25 anos a partir de 22 de julho de 2020 (data de assunção).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo a aprovação dos membros da diretoria em 04 de setembro de 2025.

(b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quando a capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro dos acionistas.

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

(c) Base de elaboração ou mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo através do resultado.

(d) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. Os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(e) Uso de estimativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, e análises dos riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) **Ativos financeiros**

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia é o caixa e equivalentes de caixa.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

(i) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas cumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Na data de início, a Companhia mensura o ativo de direito de uso ao custo.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo mesmo prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor justo dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pelo valor líquido de 15% acrescido de adicionais de 10% da base tributável para o lucro de exceder R\$ 240

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

mil no período de 12 meses, quanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% do sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não concede benefícios de longo prazo a seus empregados.

4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

(a) Risco de mercado - de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre sobre os contratos de arrendamentos.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Considerando que substancialmente os arrendamentos da Companhia estão atrelados ao IPCA, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços refletem as condições de mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como ativos a valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)

Navegantes Logística Portuária S.A.

As alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo na aplicação das alterações mencionadas.

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

De acordo com o CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback").

Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

6 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração

Navegantes Logística Portuária S.A.

do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Navegantes Logística Portuária S.A.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Conta corrente	8	
Aplicação financeira	<u>4.751</u>	<u>5.181</u>
	<u>4.759</u>	<u>5.181</u>

As aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, classificados como custo amortizado, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% CDI.

8 Outras contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros a apropriar	70	91
Locação Vports	<u>763</u>	<u>-</u>
	<u>833</u>	<u>91</u>

Contraprestação reconhecida como direito ao não desembolso financeiro do pagamento das parcelas fixas e variáveis do contrato de arrendamento. Conforme contrato de locação firmado entre Navegantes e Vports. Vide menção em nota explicativa N°15 – Outras receitas

9 Imobilizado

	<u>2024</u>		<u>2023</u>		
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxa anual de depreciação</u>
Computadores e periféricos	16	(10)	6	11	20%
Máquinas e equipamentos	6	(3)	3	2	10%
Móveis e utensílios	16	(4)	12	11	10%
Equipamentos e instalações	1	(1)	0	1	10%
Imobilizado em andamento	<u>5.660</u>	<u>-</u>	<u>5.660</u>	<u>3.573</u>	-
	<u>5.699</u>	<u>(18)</u>	<u>5.681</u>	<u>3.598</u>	

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado:

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
Computadores e periféricos	11	5	-	(10)	6
Máquinas e equipamentos	2	4	-	(3)	3
Móveis e utensílios	11	5	-	(4)	12
Equipamentos e instalações	1	0	-	-	1
Imobilizado em andamento	<u>3.573</u>	<u>2.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.660</u>
	<u>3.598</u>	<u>2.101</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>5.682</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>
Computadores e periféricos	11	7	-	(7)	11
Máquinas e equipamentos	4	2	-	(4)	2
Móveis e utensílios	16	-	-	(5)	11
Equipamentos e instalações	-	1	-	-	1
Imobilizado em andamento	<u>2.818</u>	<u>1.744</u>	<u>(989)</u>	<u>-</u>	<u>3.573</u>
	<u>2.849</u>	<u>1.754</u>	<u>(989)</u>	<u>(16)</u>	<u>3.598</u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

10 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A seguir está apresentada a movimentação do ativo de direito de uso:

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Prazo médio de amortização</u>
Custo de aquisição	189.750	2.591	-	192.341	
Amortização acumulada	<u>(24.239)</u>	-	<u>(7.728)</u>	<u>(31.967)</u>	15 anos
	<u>165.511</u>	<u>2.591</u>	<u>(7.728)</u>	<u>160.374</u>	

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Prazo médio de amortização</u>
Custo de aquisição	186.500	3.250	-	189.750	
Amortização acumulada	<u>(16.649)</u>	-	<u>(7.590)</u>	<u>(24.239)</u>	15 anos
	<u>169.851</u>	<u>3.250</u>	<u>(7.590)</u>	<u>165.511</u>	

A seguir está apresentada a movimentação do passivo de arrendamento:

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Apropriação de juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Passivo de arrendamento	84.731	2.591	6.284	(34.393)	59.213
	<u>84.731</u>	<u>2.591</u>	<u>6.284</u>	<u>(34.393)</u>	<u>59.213</u>

Circulante	32.772				33.612
Não circulante	51.959				25.601

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Apropriação de juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Passivo de arrendamento	106.453	3.250	7.738	(32.710)	84.731
	<u>106.453</u>	<u>3.250</u>	<u>7.738</u>	<u>(32.710)</u>	<u>84.731</u>
Circulante	31.514				32.772
Não circulante	74.939				51.959

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

11 Fornecedores

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por prestadores de serviços. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem valores representativos em atraso, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

12 Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, julgou não relevante a constituição de provisão para cobrir as prováveis perdas.

Não existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

13 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é de R\$ 113.995 dividendo em 113.994.585 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, proporcionalmente entre os sócios:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	37.998.195	37.998.195
Raízen Combustível S.A.	37.998.195	37.998.195
Vibra Energia S.A.	<u>37.998.195</u>	<u>37.998.195</u>
	<u>113.994.585</u>	<u>113.994.585</u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Direito das ações

Cada ação ordinária confere a seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2024 e 2023 não foi constituída reserva legal em função da existência de prejuízos acumulados.

Reserva de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital e outras destinações conforme aprovação em assembleia geral. Em 2024 e 2023 não foi constituída reserva de lucros em função da existência de prejuízos acumulados.

14 Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Manutenções	3	61
Seguros	114	325
Depreciação direito de uso	7.728	7.590
Depreciação	15	16
Despesas com salários	640	636
Outras despesas e custos	113	64
Serviços prestados	2.419	3.746
Taxas e emolumentos	39	22
Despesas com viagens	15	27
Despesas tributárias	-	1
Remoção de resíduos	-	1
Análise técnica	-	88
	<u>11.086</u>	<u>12.577</u>
Classificadas como:		
Despesas administrativas e comerciais	<u>(11.086)</u>	<u>(12.577)</u>
	<u>(11.086)</u>	<u>(12.577)</u>

15 Outras receitas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aluguel Vports	<u>1.470</u>	<u>-</u>

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Em junho de 2024, a Navegantes Logística Portuária, através do seu Diretor Presidente, firmou junto a Vports Autoridade Portuária S/A, o termo de autorização temporária de exploração de área, que permite a Vports a utilização de parte da área arrendada pela Navegantes por tempo determinado e oneroso, sendo a exploração para a finalidade específica e exclusiva de armazenagem de veículos, máquinas e equipamentos.

O contrato teve validade até outubro do referido ano. Tendo sido acordado que em contrapartida a cada mês de autorização da exploração da Área da Exploração por terceiros, a isenção de 03 (três) meses da obrigação de pagamento do Valor do Arrendamento Fixo e do Valor de Arrendamento Variável, bem como da obrigação de suportar/ressarcir à VPORTS os custos e despesas de energia elétrica e água relativos à Área da Exploração, devidos no âmbito do Contrato de Exploração Navegantes.

Sendo assim, a Navegantes registrou o montante pertinente a contrapartida da locação no valor de R\$ 1.470 em seu resultado a título de receita não operacional.

16 Resultado financeiro líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rendimento de aplicações financeiras	496	670
Receitas financeiras	496	670
IOF	(733)	(828)
Juros sobre mútuo	(7.942)	(2.625)
Juros de arrendamentos	(6.256)	(7.738)
Despesas financeiras	(14.931)	(11.191)
Resultado financeiro, líquido	(14.435)	(10.521)

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

17 Tributos sobre o lucro

Abaixo segue a reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(24.078)	(23.098)
Adições		
Juros de arrendamentos	6.256	7.738
Depreciação de arrendamentos	7.728	7.590
Exclusões		
Pagamentos de arrendamentos	(34.393)	(32.710)
Lucro real	(44.487)	(40.480)

a. Composição do prejuízo fiscal não reconhecido nas demonstrações contábeis

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo fiscal não reconhecido	(123.295)	(78.808)

Navegantes Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

18 Transações com partes relacionadas

	Passivo				Des
	Fornecedores		Partes relacionadas 1		
	2024	2023	2024	2023	
Acionistas					
RAIZEN COMBUSTÍVEL S.A.	-	-	29.782	14.124	2
VIBRA ENERGIA S/A	-	-	29.782	14.124	2
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO	-	43	29.782	14.125	2
Total	-	43	89.346	42.373	7

¹ Contratos de Mutuos celebrados nos mesmos termos e condições para suas acionistas, Vibra Energia S/A, Raizen Combustível S/A e Ipiranga Produtos de Petróleo. Sendo firmados em condições similares aquelas praticados em mercado, incidindo correção monetária pela variação positiva CDI +2,5% a.a

19 Seguros (Não auditado)

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: HYDUV-VPME3-EA3W2-H5C9Q

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ Walter Neumayer em 04/09/2025 15:23 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
200.201.181.226	Não disponível
Autenticação	wal*****@mcsmarkup.com.br
Email verificado	
bseEGNJucqp/an71P9k+Xm2Ab5rZ9+4Xjca89bI4TFY=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/HYDUV-VPME3-EA3W2-H5C9Q>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>